Ata da sessão extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas, realizada **aos treze dias de novembro de 2015**, às 14h, em sua sede sito à Rua Ferreira Penteado, nº 1.331- centro. Estiveram presentes os **Conselheiros Titulares representantes do Poder Público**: Maria José Geremias, Renata Ferreira Baronti e Eliane Márcia Martins Tortello e as **suplentes**: Margarete Savassa Daniel Montanhaur e Maria Aparecida Giani Oliva Modenesi Barbosa. Conselheiros **titulares representantes da sociedade civil**: Cláudio Roberto Raizaro e Dettloff von Simson Junior e as **suplentes** Cristiane Maria Correia e Ana Lúcia da Silva Batista. Apresentaram justificativa de ausência os seguintes conselheiros: Ângela Maria Bassora e Ubirajara Dias de Andrade. Estiveram presentes: Maria Stella Miranda (candidata ao Conselho Tutelar), Rosangela Felipe Barbosa (pré-candidata ao Conselho Tutelar), Cláudio dos Santos Silva, Paulo Pereira da Silva (candidato ao Conselho Tutelar), Eulin Mark Arlindo (Conselho Tutelar), Margarete Lilian P. Aguilar (candidata ao Conselho Tutelar), Carleides Pessoa Costa (Conselho Tutelar) e Ana Paula Araripe Fragoso Pinke (Conselho Tutelar). A reunião teve início às 14h33. A Presidente Maria José Geremias propôs breve inversão da pauta, iniciando a reunião com a apresentação das Comissões. Na sequencia, o Colegiado deliberará sobre o resultado do Processo Eleitoral de Conselho Tutelar, para sua homologação. A Conselheira Cristiane iniciou sua exposição com uma devolutiva sobre o trabalho da Comissão de Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente. Ela abordou o Pacto Intersecretarias, falando da importância do trabalho conjunto, destacando as Secretarias que têm sido efetivamente parceiras e pontuando que uma das grandes dificuldades de desenvolver o trabalho tem sido no campo da habitação, o que dificulta medidas de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. A Conselheira Tutelar e participante da Comissão de VDDCA, Ana Paula, destacou a dificuldade do entendimento deste trabalho pelas pessoas que são indicadas pelas Secretarias. Segundo ela, algumas pessoas não compreendem a complexidade e importância do trabalho para a assinatura do pacto e que isso impediu ao longo do tempo que se efetivasse o pacto. A Conselheira Cristiane pontuou que muitas pessoas vêm participar das reuniões sem o compromisso com a defesa de direitos da criança e do adolescente, o que inviabiliza a assinatura do documento e a garantia de efetiva prioridade de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Cristiane ressaltou ainda que está se aproximando o final da Gestão deste Mandato do CMDCA e o pacto, que

já vem da gestão anterior, não foi efetivado. A Presidente do CMDCA fez algumas considerações sobre a dificuldade deste trabalho e questionou se nós enquanto Conselho temos consciência do que queremos enquanto política pública destas Secretarias? Cristiane pontuou que a Comissão sabe o que é preciso para o bom desenvolvimento do trabalho e que o Conselho precisa fazer esta reflexão também, sobre o que é preciso que se faça para garantir a proteção dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Como encaminhamento, o Conselheiro Dettloff von Simson sugeriu que todas as comissões ao final deste mandato façam um relatório consistente sobre todo o trabalho desenvolvido, sobre as demandas e os desafios e sobre tudo o que precisa ser feito para que se efetive a proteção e defesa de direitos das crianças e adolescentes em nosso município. Cristiane destacou que apesar das dificuldades, muitas Secretarias estão respondendo e enviando propostas para enfrentar o problema da violência doméstica. Foi destacado que a principal dificuldade que as Secretaria apontam é a falta de RH disponível para promover uma ação mais eficaz para prevenção e proteção dos direitos da criança e do adolescente. A Conselheira Renata relatou suas impressões acerca desta discussão, frisando que sente que não existe de fato a consciência sobre a prioridade absoluta que deve ser dada à criança e ao adolescente e que é por isso que muitas coisas não caminham como deveriam. O Conselheiro Cláudio destacou que ainda que não haja a consciência de prioridade absoluta pelo governo, estas questões devem ser a prioridade absoluta do CMDCA e destacou que enquanto conselho, avalia que esta lacuna, esta ausência de discussão e de encaminhamentos sobre a questão da violência doméstica e outras mazelas que sofrem as crianças e adolescentes do município, deve-se também ao fato de faltar formação e capacitação dos Conselheiros. Outra reflexão feita por Cláudio é sobre o quanto poderia ter avançado o trabalho do CMDCA se o Plano Decenal tivesse progredido e apresentado um diagnóstico da realidade indicando as potencialidades e as fragilidades do Município relativos à violação dos direitos de crianças e adolescentes. A Conselheira Cristiane destacou a insuficiência de recursos para trabalhar, inclusive em relação à falta de espaço e de equipamentos. Segundo ela, falta inclusive espaço físico e materiais. Maria José ressaltou que a reivindicação por adequação do espaço físico e do quadro de RH suficiente e qualificado foi objeto de um documento elaborado por todos os Conselhos que têm sede na Casa dos Conselhos em que se fez inclusive a solicitação da construção de uma nova sede

para a Casa dos Conselhos, porém, ressaltou que estas mudanças não acontecem com a celeridade que seria necessária. A pauta relativa à Comissão de VDCCA foi interrompida momentaneamente para que fosse analisado e votado o resultado dos recursos apresentados pelos candidatos a Conselheiros Tutelares. A senhora Maria José informou que alguns recursos de candidatos foram feitos diretamente ao Poder Judiciário e aguardam deferimento ou não de liminar. Tratam-se de ações interpostas por candidatos que haviam sido aprovados na prova anterior e que não foram aprovados na nova avaliação e que, portanto, pleiteiam ser aceitos como candidatos aprovados neste concurso ou o cancelamento da segunda prova, garantindo-se a eles o direito de irem ao pleito eleitoral. Feitas estas considerações, Maria José passou a expor os resultados dos recursos direcionados à Empresa Cetro, referente a questões da prova ou de outra ordem, como o fato de não haver o mínimo de cinquenta candidatos aprovados para o pleito. Foram oito recursos interpostos e a Comissão Eleitoral, acompanhando a decisão da Empresa, manteve o indeferimento dos recursos de todos os candidatos. A senhora Rosângela, uma das candidatas presentes à reunião, pediu a palavra e manifestou sua incredulidade na forma como são avaliados os recursos, afirmando que não houve desde a outra etapa o deferimento de nenhum recurso apresentado pelos candidatos e que isso coloca em cheque inclusive a confiança dos candidatos para apresentar recursos. A Presidente do CMDCA e a Conselheira Renata pontuaram de todo o compromisso e cuidado que foi tomado na análise dos recursos e das questões da prova apontadas como incorretas e que os recursos foram mantidos porque efetivamente houve erro nas respostas dos candidatos. A Empresa Cetro justificou e fundamentou todas as respostas que também foram revistas e analisadas pelo CMDCA para garantir a máxima lisura na análise. Diante do exposto, foi colocado em regime de votação o resultado apresentado pela Empresa e o Colegiado acompanhou a decisão da CETRO, por sete votos a favor e uma abstenção. O próximo tópico votado foi a homologação dos trinta e dois candidatos aprovados na avaliação escrita e psicológica que poderão concorrer ao Pleito no dia vinte e nove de novembro. Foi aprovado o resultado final com a relação dos trinta e dois candidatos aprovados por sete votos a favor e uma abstenção. A lista será publicada no Diário Oficial do Município da próxima segunda-feira. Ato contínuo, foi colocado em regime de votação o modelo da cédula que será utilizada no dia da eleição. Os candidatos a conselheiros tutelares presentes na reunião fizeram uma solicitação para adequação

da cédula, dispondo de outra forma o espaço para assinalar o candidato de escolha dos eleitores. A sugestão é trazer o campo para assinalar com um “X” para mais próximo do nome e número dos candidatos, no início da linha e não no final como fora a proposta anterior. O modelo foi aprovado com a modificação sugerida por sete votos a favor e um contrário. Os cartazes de divulgação serão distribuídos por todo o Município e na próxima semana será publicado no Correio Popular e durante três dias no Jornal Metro toda a relação com nome, número e fotografia dos candidatos. Em seguida, Maria José informou que os editais que regulamentam o processo eleitoral que já foram votados e aprovados na etapa anterior serão atualizados e publicados novamente. Os textos alterados foram aprovados por sete votos a favor e uma abstenção. Maria José explicou que haverá uma nova data de formação para os Conselheiros de Direitos que irão atuar na eleição no dia dezoito de novembro, às quinze horas. Maria José frisou que além desta formação haverá outra específica para Coordenadores de Colégio Eleitoral e Vice-Coordenadores. Após o encerramento das deliberações acerca do Pleito Eleitoral do Conselho Tutelar, foi retomada a apresentação da Comissão de VDDCA, abordando o tópico sobre o atendimento do autor de violência doméstica. Cristiane explicou que foi criado um GT dentro da Comissão para dar sugestões sobre o que é necessário para o Município atender o autor de violência doméstica e quais os atores envolvidos neste tipo de atendimento. Cristiane apontou as reflexões realizadas pelo GT informando que as discussões avançaram um pouco a partir de diversos questionamentos sobre a temática. Cristiane apontou que os dados estatísticos são muito necessários para auxiliar no delineamento da Política Pública voltada para a proteção da criança e do adolescente e que neste quesito há uma dificuldade de mensurar dados concretos de violações e que os dados inconsistentes apresentados levam ao questionamento do que é considerado violência doméstica ou abuso sexual. A Comissão chegou a conclusão que para potencializar o atendimento e a política de prevenção é preciso contratar um profissional para auxiliar na reflexão da problemática e para auxiliar no mapeamento e reconhecimento do fluxo das denúncias e notificações do autor de violência sexual, seja ele adulto ou adolescente, de modo que se possa obter dados concretos que subsidiem uma estratégia de atuação. Também houve a reflexão sobre Secretarias e profissionais que deixam de notificar o SISNOV a respeito das diversas formas de violência praticadas contra a criança e o adolescente. Cristiane fez a reflexão sobre a fragilidade na capacitação da Rede quanto ao fluxo destas

notificações, de modo especial em relação à violência doméstica sexual. Cristiane ressaltou que muitas vezes as informações são desencontradas e que não existe de fato uma atuação Inter Secretarias, embora o Pacto Intersecretarias tenha sido criado para esta finalidade. Conselheira Madalena solicitou informações de quando será solicitada a análise situacional para subsidiar a elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente em nosso município, Maria José respondeu que várias tratativas foram realizadas com o Núcleo de Estudo e Pesquisa (NEP) da Unicamp, porém, por diversas dificuldades de ordem documental e burocrática, não houve sucesso. Maria José explica que devido a estes impasses, a Prefeitura está providenciando abertura de processo de licitação para contratação de empresa especializada para tal finalidade. Em todo caso, só se dará início no ano que vem (2016). Conselheira tutelar Ana Paula indaga sobre que ações o CMDCA pode adotar para que as informações referentes ao fluxo de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica cheguem para todo o SGDCA, pois é fato que esse fluxo ainda é desconhecido por muitos. Cristiane reforça que o atual governo desse município não adota as crianças e adolescentes como prioridade absoluta em seu governo. Então, cabe ao CMDCA um posicionamento claro sobre a questão. Maria José informa que devido à falta de políticas continuadas das Secretarias do Município ficando sujeitos ao Plano de Governo e por isso precisamos cobrar o gestor público para reelaborar e implementar esse fluxo. Conselheiro Simson sugere que no início do próximo mandato essa Comissão que hoje está compartilhando com o Colegiado, retome já nas primeiras reuniões do próximo mandato e se dê encaminhamentos efetivos para dar continuidade nessa discussão. A discussão da Proteção Básica terá continuidade em uma próxima reunião extraordinária a ser agendada. Nada mais havendo a tratar, a presidente Maria José encerrou a Sessão às 17h e eu, Cláudio Roberto Raizaro, lavrei a presente ata.